

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E  
EDUCAÇÃO DO CAMPO II**

**O EMPODERAMENTO FAMILIAR A PARTIR DAS  
HORTAS ORGÂNICAS: O CASO DO  
ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ – VIAMÃO/RS**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**ALECSANDRA SANTOS DA CUNHA**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**O EMPODERAMENTO FAMILIAR A PARTIR DAS HORTAS  
ORGÂNICAS: O CASO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE  
SEPÉ – VIAMÃO/RS**

**Alecsandra Santos da Cunha**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização  
do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Especialização em  
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo II da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação  
do Campo II**

**Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E  
EDUCAÇÃO DO CAMPO II**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização**

**O EMPODERAMENTO FAMILIAR A PARTIR DAS HORTAS  
ORGÂNICAS: O CASO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE  
SEPÉ – VIAMÃO/RS**

elaborada por  
**Alecsandra Santos da Cunha**

Como requisito para obtenção do grau de  
**Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação  
do Campo II**

**Comissão Examinadora:**




**Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky** (Presidente/Orientador)



**Prof. Dr. Clayton Hillig** (UFSM)



**Ms. Nayara Pasqualotto** (UFSM)



**Ms. Marielen Priscila Kaufmann**

Santa Maria, 26 de outubro de 2015.

*Dedico este trabalho às camponesas e camponeses  
ao redor do mundo.*

*Que possam ter orgulho do chão de onde vieram,*

*Que possam viver da/na terra, do/no seu lugar.*

## AGRADECIMENTOS

Muitas vezes os caminhos que tomamos são difíceis, porém, é nessa dificuldade que crescemos e passamos a ter noção do quão valiosa é a vida. Poder viver, poder existir, poder crescer, poder aprender sempre e sempre é uma dádiva.

Agradeço à minha família, por estar ao meu lado nas dificuldades, me incentivando sempre a acreditar em mim. Aos meus filhos, na certeza de que um dia entenderão minha ausência.

Agradeço aos meus amigos, que em diversas vezes me confortaram com palavras carinhosas impulsionando minha caminhada, que passaram comigo por todos os obstáculos e seguiram ao meu lado. Aos colegas de curso, sem dúvida ali foram edificadas amizades que jamais deixarão de florescer.

À Universidade Federal de Santa Maria e aos professores da Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo II que acompanharam minha caminhada e sempre estiveram dispostos no auxílio e construção do conhecimento.

Prof. Dr. Clayton Hillig e à Ms. Nayara Pasqualotto por participarem da banca examinadora, doando seu tempo e interesse para análise deste trabalho e auxiliando no enriquecimento do mesmo.

Ao Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky, meu orientador. Agradeço a dedicação, paciência e interesse, seu conhecimento foi imprescindível na construção deste trabalho.

*"Hey Peter, vamo ali e Pan, na Terra Do Nunca conversar com as fadas, pedir mel a elas?  
Peter, por que Nossa Terra tem nome de Nunca? Sabe, Peter, acho que é porque lá essa  
palavra não nos faz muito sentido, porque lá, pra gente tudo é um infinito de possibilidades,  
o pra sempre é sempre nosso presente, nosso passaporte é a alegria, é ela que nos faz  
voar; sobre nossa Terra nos tentam fazer pensar que Nunca a teremos, mas teremos  
sempre Nossa Terra, viva em cada criança que sorrir."  
(Síndrome de Peter Pan/Camila Martins).*

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural  
Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo II  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O EMPODERAMENTO FAMILIAR A PARTIR DAS HORTAS ORGÂNICAS: O CASO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ – VIAMÃO/RS**

AUTORA: ALECSANDRA SANTOS DA CUNHA

ORIENTADOR: JOSÉ GERALDO WIZNIEWSKY

Data e local de defesa: Santa Maria, 26 de outubro de 2015

A partir de uma análise da estrutura fundiária brasileira, percebe-se que existe grande concentração de terra e renda no meio rural do país. Em contraponto a esta situação, os movimentos sociais de luta pela terra buscam alternativas que possibilitem a reprodução da agricultura familiar através dos assentamentos de Reforma Agrária. Contudo, as famílias assentadas nem sempre alcançam autonomia suficiente para melhorar sua qualidade de vida. Este trabalho traz, nesse sentido, uma análise acerca da organização produtiva adotada pelo movimento e pelas famílias assentadas na busca de empoderamento e sustentabilidade socioambiental. Para tanto, foi construído um referencial teórico sobre os temas tratados com o intuito de auxiliar as análises dos dados coletados nos trabalhos de campo, a partir de observações diretas, conversas informais e entrevistas semiestruturadas, além da vivência durante dois anos no tempo-comunidade desta especialização. Percebeu-se que a atividade produtiva das hortas orgânicas, engendradas pela organização produtiva das famílias assentadas vem contribuindo para o seu empoderamento, possibilitando melhor qualidade de vida e inserção social em diferentes esferas. O trabalho evidencia diferentes perspectivas de organização socioprodutiva familiar, assim como formas de empoderamento diferenciadas.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária; Agricultura Familiar; Produção Orgânica.

## **ABSTRACT**

Specialization monograph  
Program Post-Graduation Rural Extention  
Specialization in Family Farming Peasant and Field Education II  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE EMPOWERMENT OF FAMILY FROM ORGANIC GARDENS: THE CASE OF SETTLEMENTS FILHOS DE SEPÉ - VIAMÃO/RS**

**AUTHOR: ALECSANDRA SANTOS DA CUNHA**

**ADVISOR: JOSÉ GERALDO WIZNIEWSKY**

Date and place of defense: Santa Maria, October 26, 2015

From an analysis of the Brazilian land ownership, it is clear that there is large concentration of land and income in rural areas of the country. In contrast to this situation, social movements struggling for land seek alternatives that enable the reproduction of family farming through the settlements of land form reform. However, settled families do not always achieve sufficient autonomy to improve their quality of life. This work brings, in this sense, an analysis of the productive organization adopted by the movement and the settled families in seeking empowerment and environmental sustainability. To this end, it was we built a theoretical framework about the themes treated aiming aid the analysis of data collected during field work, from direct observations, informal conversations and semi-structured interviews, beyond to living for two years in community-time this specialization. It became apparent that the productive activity of organic vegetable, engendered by the productive organization of settled families has contributed to their empowerment, enabling better quality of life and social inclusion in different spheres. The work shows different perspectives of family socio-productive organization, as well as various forms of empowerment.

**Keywords:** Land Reform; Family Farming; Organic Production



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1 AS DINÂMICAS DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>13</b>
1.1 A formação do Espaço Agrário Brasileiro.....	13
1.2 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....	17
1.3 Uma Aproximação à Agroecologia.....	19
1.4 O Empoderamento Familiar.....	23
<b>2 O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA: ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ.....</b>	<b>26</b>
2.1 O Assentamento Filhos de Sepé.....	26
2.1 Caracterização das Famílias.....	30
<b>3 AS HORTAS ORGÂNICAS: ORGANIZAÇÃO E EMPODERA- MENTO.....</b>	<b>33</b>
3.1 Família 1.....	33
3.2 Família 2.....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE 1.....</b>	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária do Brasil é extremamente concentrada e baseada em grandes propriedades, essa realidade é fruto de um processo histórico de colonização exploratória, na qual as terras ocupadas pelos povos indígenas tradicionais deram lugar à grande agricultura capitalista, hoje representada pelo agronegócio.

No decorrer desse processo histórico, de dominação e exploração, surgiram os movimentos sociais de luta pela terra que buscam promover a democratização do acesso a terra, entre esses movimentos está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As bandeiras de luta do MST estão pautadas na Reforma Agrária, Cultura, Combate à Violência Sexista, Democratização da Comunicação, Saúde Pública, Desenvolvimento, Diversidade Étnica, Sistema Político, Soberania Nacional e Popular. Este quadro o caracteriza como movimento social popular no sentido de que suas bandeiras de luta não estão ligadas apenas à questão da democratização da terra, mas, envolve outras dimensões da sociedade.

No V Congresso Nacional do MST, em Brasília no ano de 2007, o movimento reafirmou em sua carta de princípios como linha política de atuação, a adoção da Agroecologia. Nesse sentido, a Agroecologia se torna frente de luta contra o modelo hegemônico de produção, com o objetivo de produzir alimento saudável para a população, assim como garantir a saúde do agricultor que vem sendo massacrada diante do grande consumo de agrotóxicos na produção alimentar. Contudo, a Agroecologia não envolve apenas a produção de alimentos livres de veneno, ela abrange toda uma forma de viver em harmonia com o meio, se propondo a ser um campo de conhecimento que orientará estilos de agriculturas sustentáveis.

Considerando então, a produção de alimentos saudáveis como um dos princípios do MST, as hortas orgânicas, que veem sendo desenvolvidas por algumas famílias no Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS, podem representar importante fonte de investigação no que tange à qualidade de vida e empoderamento familiar. Pois, sabe-se que além da luta pela terra, a Reforma Agrária Popular proposta pelo MST objetiva a autonomia dos sujeitos que vivem no

campo e a soberania alimentar do país. Nesse sentido, pergunta-se: as hortas orgânicas estão contribuindo para o empoderamento das famílias envolvidas nesta atividade? Esta é a pergunta norteadora dessa pesquisa e está centrada em um tema maior que é a Agroecologia, enquanto campo de conhecimento científico, que pode propiciar autonomia dos povos do campo e soberania alimentar.

Em meio à hegemonia imposta pelo capital (monocultivos, agrotóxicos, desmatamento, contaminação e extinção de águas e nascentes, créditos exorbitantes para as grandes propriedades agroexportadoras, entre outros), a Agroecologia surge como um campo de conhecimento que propõem alternativas de qualidade de vida e produção saudável de alimentos. Dessa forma, a pesquisa se justifica pela necessidade, urgente, de alternativas de ação de contraposição ao modelo agroexportador, que além de não garantir a alimentação para o mercado interno, promove conflitos territoriais que têm como consequência, entre muitas outras mais, a destruição dos recursos naturais, a concentração de terras, e o consequente êxodo rural.

Buscando identificar alternativas inspiradas na Agroecologia, foi escolhido o Assentamento Filhos de Sepé como referencial empírico da presente monografia, e a partir desta escolha foram estabelecidos objetivos que norteiam a investigação. O objetivo geral consta em compreender se a organização produtiva das famílias envolvidas na produção das hortas orgânicas contribui para seu empoderamento. E os objetivos específicos estão centrados em: 1) Levantar a situação socioeconômica das famílias até o momento em que as mesmas iniciaram as atividades com as hortas orgânicas; 2) Identificar e caracterizar o processo produtivo/organizacional das famílias; 3) Levantar a situação socioeconômica das famílias atualmente; e 4) Investigar as perspectivas futuras destas famílias.

A pesquisa foi desenvolvida em três fases. A primeira fase constou do levantamento de dados secundários. As análises apresentadas na revisão bibliográfica foram extraídas de documentos como livros, teses, dissertações e outras publicações que abordam assuntos relacionados ao tema aqui tratado. Fizeram parte do levantamento de dados secundários da pesquisa, a realização de seleção, fichamento e leitura de material bibliográfico sobre a estrutura agrária brasileira, movimentos sociais, em especial, o MST, Agroecologia e empoderamento familiar. A segunda fase foi a coleta de dados junto às famílias produtoras das hortas orgânicas, objetivando levantar dados sobre o sistema produtivo e a organização

das mesmas no que tange à produção e mercado. A terceira fase, de caráter mais amplo, originada do cruzamento de dados e informações, permitindo uma análise do caso específico das hortas orgânicas dentro do assentamento, motivando novas buscas de informações que possam orientar o processo de análise. Dessa forma, essa fase foi efetivada a partir da análise de parâmetros sobre o processo produtivo e organizacional e redação final da monografia.

O método dialético foi utilizado por possibilitar um dinamismo capaz de mostrar a constante transformação dos fatos, na dialética nada é definido e tudo está interrelacionado, os fenômenos não podem ser analisados de forma isolada, pois eles interagem entre si. Sua utilização se justifica nessa pesquisa porque: “a dialética é um método de pesquisa que busca a verdade por meio de formulação adequada de perguntas e respostas, até atingir o ponto crítico do que é falso ou verdadeiro” (OLIVEIRA, 2002, p.67). Assim, de acordo com a complexidade do tema abordado pela pesquisa, o método dialético parece ser o mais adequado por sua natureza dinâmica, argumentativa, holística e do caráter de movimento que atribui aos fatos.

Foram feitas abordagens e análises qualitativas, no intuito de identificar a organização da produção orgânica das hortas, através de identificação e caracterização destas. Para utilização da abordagem qualitativa foram utilizadas fontes de informações bibliográficas, entrevistas, observações e visitas a campo.

As entrevistas semiestruturadas com as famílias assentadas tiveram o objetivo de identificar os processos ocorridos ao longo do tempo, que não possuem documentação. Sua utilização como técnica de coleta de dados é justificada por Barros e Lehfeld (1990, p. 82):

O entrevistador motiva e/ou estimula o entrevistado a falar sobre um determinado tempo ou problema. A fala é livre e não dirigida. A entrevista é conduzida "sem imposição" de análise de aspectos que interessem especialmente ao pesquisador. Pode permitir ao pesquisador captar informações mais profundas ou menos censuradas. Essa técnica tem a capacidade de facilitar o afloramento de dados corrigidos de afetividade e emoções.

As entrevistas semiestruturadas, observações e pesquisas bibliográficas, são instrumentos de coleta de dados que foram utilizados no desenvolver da pesquisa, por serem técnicas a princípio, mais adequadas para o alcance dos objetivos.

As visitas a campo possibilitaram o reconhecimento da área, a partir de um estudo dos elementos físicos, socioeconômicos e culturais presentes no local. Esse reconhecimento foi realizado baseando-se em pesquisas empíricas e bibliográficas, consultas a trabalhos anteriores e observações, que como instrumento de coleta de dados é de grande importância para a realização do trabalho proposto.

A observação é uma técnica que sempre auxilia muito o pesquisador em suas pesquisas. A observação pode ser flexível e utilizada dentro de qualquer metodologia de pesquisa, tanto de abordagens quantitativas como qualitativas. Porém, o bom observador é aquele que, ao decidir-se pela observação, deverá preparar o seu desenvolvimento, o seu emprego e formas de registro (...) (BARROS; LEHFELD, 1990, p. 77).

Assim, as pesquisas, entrevistas e observações, tiveram como objetivo máximo possibilitar o acesso às informações citadas, para que fosse possível desenvolver a análise qualitativa destes dados.

As seis famílias pesquisadas são amostras intencionais escolhidas por serem reconhecidamente produtoras de hortas orgânicas, tendo assim, representatividade com relação à temática aqui trabalhada, possibilitando o aprofundamento no entendimento das especificidades de cada uma delas. Além disso, estas famílias demonstram outras características interessantes que podem contribuir para uma análise diversificada. Classificamos as seis famílias da seguinte forma: uma família que trabalha individualmente contando apenas com a mão de obra familiar (Família 1), cinco famílias que trabalham de forma coletiva e contam com mão de obra assalariada (Família 2).

# 1 AS DINÂMICAS DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Este capítulo desenvolve uma revisão de literatura a respeito dos temas que norteiam esta pesquisa, auxiliando no entendimento da complexidade de que são tomados tais temas, assim como os contextos nos quais estão inseridos. O histórico da construção do espaço agrário brasileiro evidencia diversas nuances, sobretudo a apropriação do capital sobre a terra. O Brasil é um país com alto índice de desigualdade na distribuição de terras e riquezas e, por isso, os movimentos sociais de luta pela terra são fundamentais na busca da democratização da terra e para manter na agenda nacional o problema agrário brasileiro.

## 1.1 A formação do Espaço Agrário Brasileiro

Desde sua ocupação em 1500, o Brasil passou por diversos processos de apropriação de território e distribuição de terras, contudo, esta distribuição jamais foi democrática. Começando pelas Capitânicas Hereditárias, passando pelas Datas e Sesmarias, até chegar à Lei de Terra de 1850, todas estas formas de distribuição de terras contribuíram para deixar um legado de uma estrutura agrária desigual e concentrada. Todas as formas de distribuição de terras sustentadas pela Coroa Portuguesa, assim como pelo Império e República, buscaram sempre manter o poder territorial nas mãos da elite dominante de cada uma dessas épocas.

A grande ventura, para os fidalgos, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassallos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio. A propriedade da terra era, ainda nesse tempo, um cabedal da nobreza (...) (GUIMARÃES, 2011, p. 37).

Dessa forma, o espaço agrário brasileiro se formou e, atualmente, mantém sua estrutura baseada na grande propriedade, guardando similaridade com os

latifúndios<sup>1</sup>, que inclusive era expresso no Estatuto de Terra. Para entendermos as razões que explicam porque a estrutura fundiária brasileira permanece concentrada (segundo o IBGE, o índice de Gini do Brasil é de 0,856), podemos unir a reflexão anterior ao período pós-guerra, quando políticas internacionais foram implantadas no país com o objetivo de modernizar o meio rural brasileiro. Por ser considerado, pelo governo nacional e por governos internacionais, um espaço atrasado e que poderia ser facilmente alcançado pelas propagandas socialistas, o espaço rural brasileiro começou a sofrer algumas transformações em função de políticas públicas, que a partir de uma abordagem produtivista objetivava o desenvolvimento capitalista no campo (CUNHA, 2013).

Políticas voltadas para modernização do campo foram implantadas em meados do século XX, buscando o aumento da produção para a exportação, principalmente de commodities agrícolas. O que intensificou a desigualdade social, pois corroborou para a manutenção da estrutura agrária baseada na grande propriedade, e dessa forma reafirmou a concentração de terra, renda e riqueza.

Como consequência da união desses fatores, a modernização do campo brasileiro ocorreu a partir da década de 1960, através da Revolução Verde, um pacote tecnológico composto por insumos, agrotóxicos, maquinários, fertilizantes e a criação dos Complexos Agroindustriais. Entretanto, as transformações ocorridas atingiram preferencialmente os grandes proprietários que eram providos de capital e créditos fornecidos pelo Estado para os devidos investimentos. Subsídios estatais alcançaram as grandes lavouras e financiaram a sua tecnologização, colaborando para que os processos de produção agropecuária elevassem, cada vez mais, seus índices de produtividade (CUNHA, 2013, p. 34).

Nesse contexto, a agricultura familiar, representada por camponeses, quilombolas, ribeirinhos, meeiros, posseiros e etc., foi excluída do processo de modernização do campo pela ausência de capital para investimento e por produzir, principalmente, alimentos.

(...) além da crise interna na representação unitária dos interesses agrários, é preciso se atentar para o fato de que, durante os anos 70 (século XX), houve condições para se consolidarem novas formas de articulação entre o Estado e grupos que se integraram aos complexos agroindustriais (ORTEGA, 2005, p. 79).

---

<sup>1</sup> O termo “latifúndio” não está especificado e conceituado na legislação atualmente. Usamos aqui no sentido de grandes propriedades que não cumprem a função social da terra, em um viés sociológico. Lembrando que a Lei 6.746 de 10 de dezembro de 1979 indica a pequena propriedade como aquela que possui até quatro módulos fiscais, a média propriedade com até 15 módulos fiscais, inferindo que a grande propriedade seria aquela com 16 módulos fiscais, ou mais (BRASIL, 1979).

As consequências sociais, ambientais, econômicas, culturais e políticas foram devastadoras, e ainda, foram acentuadas a partir da consolidação deste modelo nos anos de 1980/90. A modernização conservadora<sup>2</sup> excluiu a agricultura familiar descapitalizada, provocando o êxodo rural, inchaço populacional dos grandes centros urbanos com a consequente favelização e marginalização desses povos saídos do campo.

Esse modelo concentrador e modernizante é elitista e seletivo, agrava o processo de marginalização, exclui novos contingentes, principalmente na zona rural. O problema da terra, ou seja, terra para se viver e trabalhar sem a ameaça de expulsão, o êxodo rural acentuado e o superpovoamento dos grandes centros urbanos são consequências que demonstram os graves problemas estruturais em nosso país e em suas políticas agrícolas (CUNHA, 2013, p. 57).

Além disso, os recursos naturais passaram a sofrer uma pressão cada vez maior no sentido de sua deterioração (desmatamentos, contaminação e seca de nascentes e cursos d'água, contaminação e erosão dos solos, arrefecimento da biodiversidade e etc.).

Como consecuencia de la reestructuración neoliberal de la sociedad en los noventa, se llevaron adelante procesos de privatización, ajuste fiscal, flexibilización de las relaciones entre capital y trabajo, apertura de los mercados, y enajenación de los servicios públicos y de los recursos naturales y energéticos. Esto ha producido una alteración profunda en la reproducción social de las personas, producto de nuevas formas de explotación y exacción del trabajo y de las reformas del estado, generando una creciente exclusión social – aumento de la pobreza, empobrecimiento de los sectores médios, precarización del trabajo – y pérdida de derechos por el debilitamiento de la relación entre derechos sociales y ciudadanía política (LEGUIZAMÓN, 2005, p. 27).

Este é o cenário construído pelo Estado brasileiro, desde os tempos coloniais até os dias de hoje. A grande propriedade produtora de produtos primários para exportação está no centro da estrutura agrária do país, sendo corroborada por um modelo de política, no qual o capital dita as regras de toda a cadeia produtiva, tentando invisibilizar todas as formas de produção (seja de gêneros alimentícios ou não) que não estejam sob sua égide: “A agricultura capitalista, na nova

---

<sup>2</sup> Pelo termo modernização conservadora do campo é entendido que a caracterização da modernidade não altera as estruturas de desigualdade (ver também DOMINGUES, 2002; 2006). No caso do meio rural, houve e ainda há a modernização da produção agrícola, através da inserção de tecnologias, mas se manteve e ainda mantém a desigualdade no campo, a inexistência de reforma agrária, ou seja, má distribuição de terra e renda, além do aumento da degradação ambiental (CUNHA, 2013, p. 35).



denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento” (FERNANDES, 2004, p. 06) .

Uma das formas de enfrentamento a esse modelo hegemônico poderia ser a Reforma Agrária. Considerando o histórico apresentado acerca da formação do espaço agrário brasileiro, sendo este baseado nos “latifúndios” pertencentes à elite dominante, percebe-se a necessidade de distribuição igualitária de terras. Contudo, observa-se que esta política de distribuição de terras jamais aconteceu efetivamente.

Seguindo este raciocínio, a estrutura agrária brasileira não condiz com o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que garante o direito à reforma agrária com o objetivo de alcançar a função social da terra: “O princípio da função social da terra ressalta o sentido que a terra está a serviço do homem e, não, o homem a serviço da terra, mas, que a terra não é mercadoria e, sim, um meio de produção ou de utilidade social” (SODERO, 1968, p. 89).

O Estatuto da Terra foi publicado, como mostra a data, oito meses após o golpe militar. Pode-se inferir que esta lei parece ter sido mais uma estratégia, dentre todas as outras utilizadas pelo regime militar, para controlar os ânimos da população. Ou seja, a partir do momento em que a Reforma Agrária se tornou lei, ela deveria ser efetivada, e assim era esperado. No entanto, a realidade mostrou que nunca houve a intenção de efetivá-la (PEREIRA, 2013).

A princípio, o teor da Reforma Agrária era centrado na condição de distribuição de terras para as populações do campo, trabalhadores e trabalhadoras que, devido ao processo histórico de formação do espaço agrário brasileiro, foram excluídos impossibilitando-os de possuir um pedaço de terra, sobre a qual pudessem viver e se reproduzir.

Com a lentidão de execução da Reforma Agrária que se mostrava no cenário político nacional, surgem os movimentos sociais de luta pela terra, buscando garantir uma redistribuição de terras, renda e riquezas, além de minimizar os impactos sociais e ambientais provocados pelo modelo hegemônico de produção da agricultura, representado pelo agronegócio<sup>3</sup>. Pelo papel que exerce na sociedade, a seguir explanaremos sobre um dos movimentos de luta pela terra, e pela implementação da reforma agrária no Brasil, o MST.

---

<sup>3</sup> O Agronegócio representa o capital corporativo transnacional que visa a acumulação de riquezas, independente dos danos causados ao ambiente e à sociedade.

## 1.2 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Quando falamos de movimentos sociais estamos mencionando as ações empreendidas a partir da conscientização de que há possibilidades latentes que permitem a organização de um determinado coletivo ou de que é chegada a oportunidade para a organização ou para a ação. Essas oportunidades podem estar dadas pelo contexto social ou podem ser criadas a partir de determinadas intenções, de qualquer forma são sempre historicamente definidas. Entende-se que um movimento social é deflagrado pela força social coletiva organizada. Nesse sentido:

Os movimentos se expressam através de um conjunto de práticas sociais nas quais os conflitos, as contradições e os antagonismos existentes na sociedade constituem o móvel básico das ações desenvolvidas. (...) o movimento social também expressa a consciência possível da classe que representa (GOHN, 1985, p. 46).

Entre esses movimentos sociais de luta pela terra, podemos citar o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), as Ligas Camponesas, a Via Campesina, o MST, entre muitos outros. Neste trabalho, a tarefa será centrada no MST, pois a área de estudo está localizada em um dos assentamentos de Reforma Agrária, no qual os assentados estão identificados com esse movimento. Fundado em 1984, em Cascavel/PR, a luta precede sua fundação:

A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje, sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males. Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra – Master (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009).

O cenário histórico do país quando da fundação do MST apresentava os últimos suspiros da ditadura militar. Lembrando que a organização que precedeu sua fundação aconteceu, ainda, durante aquele período.

Segundo Morissawa (2001), o golpe militar guarda relação direta com a possibilidade de uma iminente reforma agrária defendida por João Goulart<sup>4</sup>. O autor destaca que os generais e latifundiários nutriam grande temor por uma possível instalação do comunismo no campo e na cidade, e por isso, a repressão sofrida pelos movimentos sociais se deu de forma abrupta e violenta. Diversos líderes e camponeses foram presos e exilados e, embora faltem registros de tais fatos, acredita-se que muitos deles foram mortos. “Todas as organizações de trabalhadores rurais foram fechadas. Alguns sindicatos que sobraram mudaram completamente seus métodos, passando a ter caráter assistencialista” (MORISSAWA, 2001, p. 95).

Para Souza (2006), o MST transcende o conceito tradicional de movimento social, pois caracteriza um movimento antagonista, político e reivindicativo. Além disso: “É um sujeito coletivo político com origens organizacionais em matrizes sindicais, marxistas e religiosas, que geraram a autonomia do movimento social.” (FAGUNDES; DAVID, 2007, p. 02). Dessa forma, o MST surgiu e se consolidou enquanto um movimento social de luta pela terra que representa uma classe, os trabalhadores rurais sem terra de todo o país.

Em seu caminho, desde sua fundação até os dias atuais, o MST passa por diversos confrontos nas mais diversas dimensões. Contudo, se caracteriza por um movimento que busca a equidade da sociedade e, para isso, se moderniza de acordo com que a sociedade também o faz.

Por isso, com a consolidação da agricultura capitalista, representada pelo agronegócio, o MST se viu frente a mais uma luta. Além de combater a expansão dos “latifúndios”, é necessário também produzir alimentos de qualidade para a sociedade, com o menor impacto possível ao meio ambiente, aos recursos naturais e à saúde dos agricultores e consumidores.

Em 2007, o MST propôs um novo modelo de Reforma Agrária, que chamou de Reforma Agrária Popular. Esta proposta difere do modelo clássico de reforma agrária, desenvolvimentista e produtivista, não se trata mais, apenas, de distribuição de terra para produção de alimentos. A Reforma Agrária Popular alcança diversas dimensões da vida no/do campo e tem implicações diretas na vida na/da cidade, assim como dever ser, considerando a interrelação desses dois espaços.

---

<sup>4</sup> João Goulart acreditava na Reforma Agrária como uma das soluções para a economia brasileira (MORISSAWA, 2001).

Esta proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 149).

Além desta proposta que dinamiza e moderniza a Reforma Agrária no país, implementando questões necessárias à sociedade na atualidade, é importante ressaltar que o MST firmou um compromisso com a qualidade do alimento a ser produzido em seus assentamentos. Assim, em 2007, ao firmar este compromisso através de sua carta de princípios (anexo 01), a Agroecologia foi incorporada, passando a fazer parte de sua missão. O item 11 da carta diz:

Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno (MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2007).

Assim, surge mais um desafio para a agricultura familiar que compõe os assentamentos de Reforma Agrária por todo o Brasil. A Agroecologia como um campo de conhecimento científico que propicia elementos para a elaboração de estratégia de ruptura e substituição ao modelo hegemônico de produção no campo, que vem deteriorando a estrutura social brasileira, devastando os recursos naturais, empobrecendo a população, concentrando terras e riquezas.

### **1.3 Uma aproximação à Agroecologia**

A partir das reflexões apresentadas, pode-se inferir que a Agroecologia é um campo de conhecimento científico, que pretende ser um paradigma para empoderar os sujeitos sociais no caminho para o enfrentamento e ruptura com o modelo hegemônico de produção no campo. Contudo, cabe ressaltar que empresas<sup>5</sup> de

---

<sup>5</sup> Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras.

capital transnacional dominam toda a cadeia produtiva a nível mundial, portanto esta luta se caracteriza também pela luta de classes, é desigual e desumana. Nesse sentido, a Agroecologia em seus princípios invoca a sustentabilidade, nas dimensões social, ambiental e econômica. Postula como elemento basilar à equidade e, ainda, orienta distintos estilos de agriculturas sustentáveis que contribuem para a Soberania Alimentar dos povos.

Segundo Machado e Machado Filho (2014), até as primeiras décadas do séc. XIX, a agricultura no mundo era baseada, essencialmente, em manejos naturais, sem a utilização de insumos químicos. Em 1840, o alemão Justus von Liebig descobriu que as plantas poderiam ser ‘alimentadas’ por meio sintético. Um século antes, o inglês Jethro Tull inventou uma semeadeira-cultivadora que propiciava o plantio em linha, possibilitando dessa forma, duas revoluções na agricultura, a primeira mecânica, e a segunda química.

Acentua-se a contradição com uma nova e surpreendente perspectiva para a reprodução do capital. Estão criadas as condições tecnológicas para as monoculturas em grandes extensões: plantio uniforme em linha, fertilização com produtos solúveis de síntese química e “tratos culturais” em linha. É a negação da proteção da natureza (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 31).

Dando seguimento a essa lógica de mercado e acumulação, em 1939, o suíço Paul Muller faz uma descoberta que mudaria radicalmente os rumos da agricultura no mundo, o DDT<sup>6</sup>, formando, mais uma vez, uma cadeia de intenções acerca da produção agrícola mundial. Os rumos tomados pela agricultura ao redor do mundo desde o fim da II Guerra Mundial, com o pretexto de produção de alimentos para os países massacrados, foram devastadores, tanto nas dimensões sociais quanto ambientais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

No Brasil, a inserção de insumos químicos, agrotóxicos, mecanização e industrialização da agricultura se deu a partir da década de 1950, contudo, foi a partir do governo militar que ocorreu a intensificação do uso deste pacote tecnológico, conhecido como Revolução Verde.

---

<sup>6</sup> O termo DDT refere-se ao diclorodifeniltricloroetano. O DDT grau técnico é uma mistura de p,p'-DDT, isômeros e compostos correlacionados. O inseticida organoclorado DDT foi extensivamente usado na agricultura, mas foi banido em diversos países devido à persistência no ambiente e biomagnificação na cadeia alimentar (SÃO PAULO, 2014).

Desde sua implantação, a Revolução Verde trouxe um aumento exorbitante na produção agrícola brasileira, levando o país a ocupar as primeiras posições no ranking mundial na produção de commodities. Assim como o consumo de agrotóxicos e insumos químicos também estão ranqueados nas primeiras posições pelo país a nível mundial.

(...) enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos (CARNEIRO, 2015, p. 49).

As consequências da inserção do pacote tecnológico estão estampadas nas esferas social, ambiental, cultural, econômica e política na sociedade brasileira. Recentemente, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) se posicionou pela primeira vez a respeito das implicações do uso dos agrotóxicos para a saúde humana, que chegou ao nível de consumo médio de 5,2 kg de veneno agrícola por habitante (INCA, 2015).

(...) o objetivo deste documento é demarcar o posicionamento do INCA contra as atuais práticas de uso de agrotóxicos no Brasil e ressaltar seus riscos à saúde, em especial nas causas do câncer. Dessa forma, espera-se fortalecer iniciativas de regulação e controle destas substâncias, além de incentivar alternativas agroecológicas aqui apontadas como solução ao modelo agrícola dominante (INCA, 2015, p. 02).

É importante ressaltar que um dos fatores responsáveis pelo grande aumento do uso de agrotóxicos no país foram os monocultivos, especialmente a soja. Além disso, soma-se o aumento das sementes melhoradas geneticamente que necessitam de uma carga altíssima de agrotóxicos para alcançar a produtividade desejada. E ainda, a estrutura fundiária baseada em “latifúndios” e políticas públicas voltadas para o setor, tendo a Bancada Ruralista como defensora no Congresso Nacional, é outro fator que determina o alto uso de agrotóxicos no país. A base latifundiária ruralista brasileira busca a acumulação de capital, de forma cada vez mais predatória, em detrimento da conservação ambiental (recursos naturais), da função social da terra e da saúde humana.

Por isso, a Agroecologia entrou, de forma lenta, nas discussões ao redor do mundo com o objetivo de propor alternativas para combater este modelo degradante. Sobretudo, a partir dos anos de 1950, o termo passou a ser usado em

cursos de agronomia no Brasil, até a implantação do regime militar, quando foi excluído de todo e qualquer debate a nível nacional. Contudo: “A partir de 1980, as lutas por uma agricultura limpa, (...) encontraram eco na palavra **agroecologia**, significando uma agricultura que incorpora as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 35).

O conceito de Agroecologia vem se formando nas últimas décadas a partir da importância que a mesma vem tomando no cenário atual, vem sendo cada vez mais ampliado, integrando de forma sustentável as áreas de produção e conservação, considerando ainda o resgate do valor social da agricultura. Para Altieri (2012, p. 105), a Agroecologia:

(...) vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e aportes externos de energia. A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos.

Portanto, a Agroecologia se mostra não somente como uma outra forma de produzir alimentos de qualidade, mas também como um campo de conhecimento que orienta modos de produção atentos aos recursos naturais, buscando provocar o menor impacto possível no ambiente. Além disso, prima pela biodiversidade, pela função social da terra, pelos mercados locais, ou seja, a partir de suas premissas inspira um outro modo de vida que não seja baseado no consumo exacerbado e acúmulo de capital, buscando sempre a Soberania Alimentar dos povos.

Diante da preocupação mundial a respeito dos rumos que vem tomando a agricultura, um ponto de debate crescente é a Soberania Alimentar. Acreditamos que a Soberania Alimentar só possa ser alcançada a partir da eliminação do atual modelo de produção de gêneros alimentícios, sendo substituído pela produção orgânica, e uma massiva transição agroecológica. Por Soberania Alimentar, entende-se que:

É o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental (La Via Campesina - Site Oficial).

Portanto, a Soberania Alimentar está diretamente ligada à produção de alimentos. Mas não somente produzir, é necessário produzir alimentos de qualidade, diversificados, livre de venenos, de forma que proteja a saúde do agricultor, a saúde do consumidor e não impacte os recursos naturais e considere as questões de gênero.

A economia globalizada trata de homogeneizar todos os sujeitos sociais, colocando-os numa posição de dependência do mercado. A Soberania Alimentar, por outro lado, prioriza a produção e consumo local de alimentos saudáveis, desenvolvendo uma matriz produtiva diversa ao modelo hegemônico, uma produção camponesa sustentável que propicia a saúde do meio ambiente e da sociedade. A forma de vida, as expectativas e necessidades dos povos que vivem no/do campo estão entre as prioridades deste modelo.

Além de controlar a produção e proteger os produtores locais das importações e domínio empresarial do mercado, o ideário da Soberania Alimentar busca garantir que “los derechos de uso y gestión de tierras, territorios, agua, semillas, ganado y biodiversidad estén en manos de quien produce alimentos y no del sector empresarial.” (La Via Campesina – Site Oficial, 2015). Dessa forma, poderia ser garantida, também, uma Reforma Agrária legítima, não apenas políticas de distribuição de terras como acontecem no Brasil. A Soberania Alimentar pode ser um canal de busca para solução para a crise alimentar e da pobreza mundial.

Fica clara a relação intrínseca entre a Agroecologia e a Soberania Alimentar, e a relação das duas com a Reforma Agrária. Ressaltando a importância da proposta do MST – já apresentada – por uma Reforma Agrária Popular, é necessário então levantar a questão do empoderamento das famílias camponesas neste contexto.

#### **1.4 O Empoderamento Familiar**

Quando se fala em empoderamento, pode se pensar nas relações de poder presentes na sociedade. A sociedade do século XXI se caracteriza pela capacidade de mudanças e enfiamentos, e, nesse sentido, acreditamos que os movimentos sociais de todos os tipos tiveram e, ainda têm, papel fundamental nesses processos.



Nas décadas de 1960 a 1980, em diversos países, ocorreram lutas e reivindicações dos movimentos sociais, desencadeando práticas sociais que deram início aos diversos processos de empoderamento (GOHN, 2004).

No caso do empoderamento de famílias assentadas pela Reforma Agrária através do MST como base de luta, este processo pode ser iniciado a partir da formação política proporcionada pelo próprio movimento e, ainda, a partir da ideologia que rege a vida destas famílias. Mas ainda vale ressaltar que os processos que envolvem empoderamento guardam relação com transformações do *status quo* na busca por direitos, geralmente, de minorias, grupos excluídos e/ou marginalizados. A necessidade de empoderamento destes grupos se faz no sentido de garantirem sua participação de forma democrática no cotidiano dos processos coletivos, obtendo controle sobre suas vidas e compreendendo o contexto no qual estão inseridos (idem).

Para Perkins e Zimmerman (1995, p. 01) o empoderamento pode ser definido como: “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. Já Gohn (2004, p. 23) conceitua o empoderamento como a “capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos – os novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento de projetos”.

Considerando os dois conceitos acima, entende-se que o empoderamento pode ser construído a partir de perspectivas diferentes, ou seja, individual e/ou de grupo.

A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aquire poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 02).

A capacidade dos indivíduos e comunidades de agir e decidir sobre suas vidas, assim como ter influência e visibilidade perante a sociedade, depende do empoderamento numa perspectiva emancipatória. Por exemplo, levantar recursos que lhes permitam alcançar melhor qualidade de vida não é uma tarefa fácil, contudo

faz parte deste processo no qual, na maioria das vezes, os sujeitos e comunidades que buscam o empoderamento estão em situação de desigualdade dentro do sistema baseado no capital.

Ademais, como os sujeitos que se quer ver empoderados muitas vezes estão em desvantagem e dificilmente obtiveram os referidos recursos espontaneamente, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias, consubstanciadas em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global. Trata-se, portanto, da promoção de direitos de cidadania que propiciem, principalmente aos estratos de menor status socioeconômico a ampliação de suas liberdades (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 02).

O empoderamento, portanto, está relacionado à busca de melhor qualidade de vida, a transformações no *status quo*, integração política, integração econômica, integração social e sustentabilidade (ROMANO; ANTUNES, 2002).

Nesse sentido, as famílias assentadas nos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil precisam passar pelo processo de empoderamento para continuarem sua caminhada em busca de qualidade de vida e reconhecimento. É necessário que os agricultores e agricultoras assentados se transformem nos protagonistas de suas histórias e de seu desenvolvimento, pois acreditamos que a mudança social só pode ser possível a partir da experiência de empoderamento destas famílias.

Essas experiências têm em comum o fato de mostrarem que o reconhecimento da identidade e a conquista de direitos são parte do processo de auto-organização, seja em suas organizações próprias e nos movimentos específicos, seja na intervenção junto a organizações mistas. O processo de empoderamento vem junto com a participação política individual e coletiva na construção de redes de integração e coesão social (PACHECO, 2009, p. 03).

A partir das redes de integração e coesão social, as famílias do Assentamento Filhos de Sepé envolvidas nesta pesquisa, mostraram indícios de que estão em processo de empoderamento.

## 2 O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA: ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ

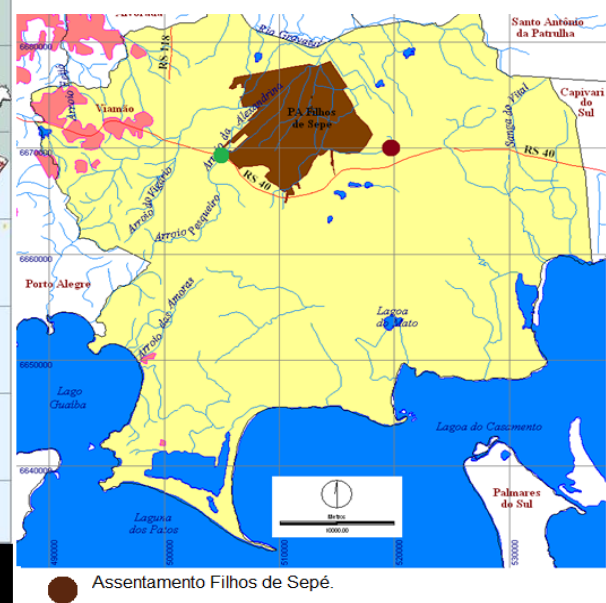
Este capítulo será centrado na caracterização da área de estudo, ou seja, o Assentamento Filhos de Sepé, sua localização, principais características, além de um breve histórico de sua implantação. E, ainda, uma descrição das famílias envolvidas na pesquisa (origem, lote, produção), assim como o levantamento da situação socioeconômica das famílias até o momento em que as mesmas iniciaram as atividades com as hortas orgânicas, de acordo com o primeiro objetivo específico desta pesquisa.

### 2.1 O Assentamento Filhos de Sepé

O Distrito de Águas Claras, pertencente ao município de Viamão/RS, Região Metropolitana de Porto Alegre (Figura 01), abriga o Assentamento Filhos de Sepé (Figura 02).

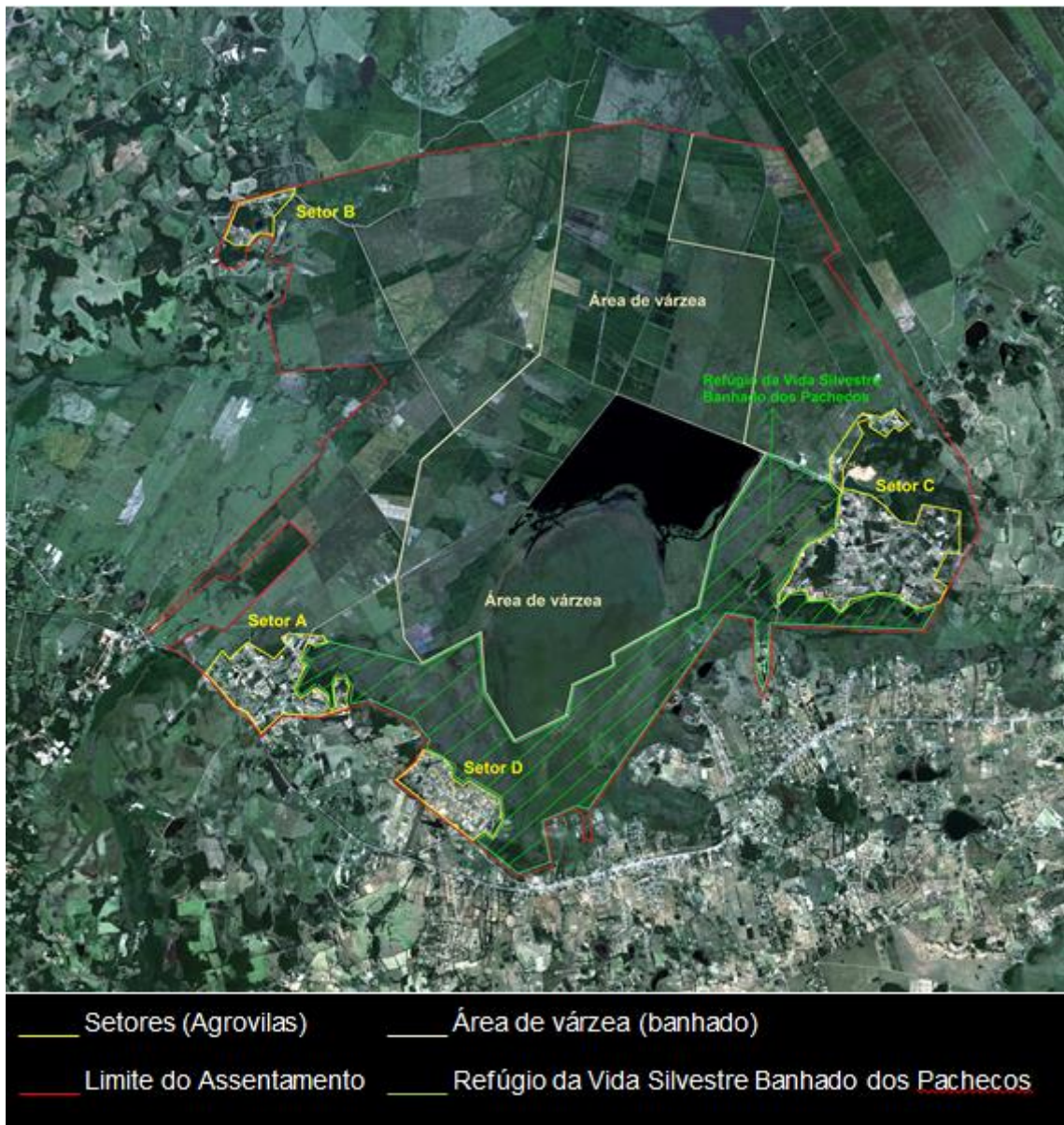


**Figura 01** – Localização de Viamão/RS.  
Fonte: Incra/2008.



**Figura 02** – Localização do assentamento.  
Fonte: Incra/2008.

O Assentamento Filhos de Sepé foi constituído em dezembro de 1998, a partir da desapropriação da Fazenda Santa Fé, antiga produtora de arroz convencional<sup>7</sup>. Com área de 9.500 hectares (ha), sendo 2.500 ha referentes ao Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (Área de Proteção Ambiental – APA), 3.500 ha de área de várzea (banhado), 500 ha de lâmina d’água da Barragem Águas Claras, e o restante, 3.000 ha de lotes secos em altitudes mais elevadas (Figura 03).



**Figura 03** – Imagem de satélite do Assentamento Filhos de Sepé.

**Fonte:** Google Earth/2013.

**Org.:** Alecsandra Cunha/2014.

<sup>7</sup> Tratamos aqui o “arroz convencional” como aquele produzido dentro do modelo agroexportador do agronegócio, ou seja, monocultura utilizando agrotóxicos.

Foram assentadas 375 famílias naquele momento, ainda sem nenhuma infraestrutura (água, luz, escola, entre outros)<sup>8</sup>. Estas famílias se distribuíram pelo assentamento, contudo, dentro de pouco tempo perceberam que havia a necessidade de organização para ocupar e produzir em terras, que para elas, eram desconhecidas (estas famílias eram oriundas de diversas partes do estado, vindo de lugares com características geográficas e socioculturais diferentes). Dessa forma, o assentamento se organizou em quatro setores, cada um com uma agrovila, com isso, se configurou um arranjo territorial de lotes de moradia e lotes de produção.

A partir desta organização, outras mais foram necessárias, como aprender a produzir em terras de banhado, que eram propícias para o cultivo do arroz irrigado. Assim como lutar pelo direito à moradia digna, água tratada, energia, saúde e escolas para seus filhos.

É importante ressaltar que o fato do assentamento estar localizado dentro de uma APA o torna diferenciado, pois apesar da indicação de que as produções dos assentamentos liderados pelo MST, desde 2007, passem pela transição agroecológica e se tornem 100% orgânicas, para que se alcance esta realidade, há necessidade de se percorrer um longo caminho.

Mas este não é o caso do Assentamento Filhos de Sepé, seu diferencial de localização o coloca numa posição em que sua produção deve ser 100% orgânica. Dessa forma, um Termo de Ajuste de Conduta foi assinado em 2004 entre o INCRA, a Prefeitura Municipal de Viamão e a direção do assentamento estabelecendo alguns critérios que regulamentam a produção naquele local. Entre os critérios estabelecidos consta a produção orgânica, proibindo o uso de sementes transgênicas e agrotóxicos.

Passados 16 anos da implantação do assentamento, as realidades observadas no local são diversas. As famílias foram se adaptando e integrando as diversas atividades de acordo com seus interesses e possibilidades. Contudo, a principal atividade produtiva do Assentamento Filhos de Sepé hoje é a produção de arroz ecológico.

---

<sup>8</sup> A maior parte das informações deste capítulo foi levantada pela autora em sua vivência no assentamento, através de observações e conversas informais com os assentados e a equipe de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES). O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Essa união prioriza fazer com que os assentamentos tornem-se unidades de produção mais estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável (PARANÁ, 2017)

Segundo a equipe de Ates que atende o assentamento, não existem dados tabulados da produção de arroz desde que foi implantada a produção orgânica, contudo, dados da safra 2014/2015 mostram que foram plantados 1172,7 ha que envolveu 110 famílias distribuídas em 18 grupos de produção. O primeiro plantio foi feito em 6 de outubro de 2014 e o último na primeira semana de janeiro de 2015, com colheitas entre fim de janeiro até fim de abril, resultando em uma média de 74 sc/ha e preço médio de R\$40,00 por saca (Figuras 04 a 07).



**Figura 04** – Safra 2014/2015.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – nov./2014.



**Figura 05** – Safra 2014/2015.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – nov./2014.



**Figura 06** – Safra 2014/2015.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.



**Figura 07** – Safra 2014/2015.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.

Nota-se a importância desta atividade para o assentamento e para as famílias envolvidas na produção de arroz, considerando que o mesmo é certificado com Selo Orgânico (Certificado pela IMO – Instituto de Mercado Orgânico<sup>9</sup>) e tem mercado consolidado entre mercados da região, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dentro do estado do Rio Grande do Sul e, recentemente, foi assinado um convênio

<sup>9</sup> A certificadora IMO dedica-se exclusivamente aos serviços de inspeção e certificação dos sistemas de controle de qualidade ambiental e social, com ênfase para a agricultura orgânica. Ela é credenciada pela IFOAM e possui certificado ISO 65, que garantem o acesso aos maiores mercados consumidores: Europa, EUA e Japão (FERREIRA, 2011, p. 56).

com o governo de São Paulo para fornecimento de arroz orgânico para escolas deste estado.

Além disso, o assentamento conta com diversas atividades produtivas, entre elas estão as culturas de mandioca, milho, batata doce, batata inglesa, feijão e hortaliças. Já as principais culturas perenes cultivadas são: laranja, abacate, caqui, goiaba e nozes. As principais criações são de bovinos de corte e leite, ovinos, caprinos e aves (DIEL, 2011). Este rico universo é responsável pelo sustento e reprodução das 375 famílias assentadas no Assentamento Filhos de Sepé.

## 2.1 Caracterização das Famílias

A partir da caracterização da área de estudo, identificaremos as famílias envolvidas nesta pesquisa, serão tratadas como família 1 (trabalha de forma individual, contando apenas com a mão de obra familiar) e família 2 (constituindo um grupo de cinco famílias que trabalham de forma coletiva, com mão de obra familiar e contratada)<sup>10</sup>.

A família 1, é composta por um casal assentado no Filhos de Sepé desde o início de sua implantação, sendo naturais do município de Joia (localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul). Sempre foram agricultores, porém toda a produção era baseada em insumos químicos: “só lidava com veneno lá na Joia né, não queria mais aquilo” (Família 1, 2015).

Assim, quando conheceram o MST, vislumbraram uma oportunidade de mudar de vida, de terem sua própria terra e poder nela trabalhar a partir de um outro modelo de produção. Seu caminho no movimento começou quando foram acampados no município de Canguçu (localizado na região sul do estado do Rio Grande do Sul) durante 3 anos e, em 1998, foram assentados no Assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão, onde se encontram até os dias atuais.

O casal tem dois filhos, sendo uma mulher casada (com dois filhos de sete e 14 anos), assentada no município de Bossoroca (localizado na região das

---

<sup>10</sup> As informações trazidas sobre as famílias foram obtidas através do trabalho de campo que englobou visitas às mesmas, assim como observações diretas, conversas informais e entrevistas semiestruturadas (Apêndice 1).

Missões/RS), produtora de leite convencional que, iniciou junto ao companheiro há 1 ano, a produção de horta orgânica. O filho mora, trabalha e estuda no município de Passo Fundo (localizado na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul), cursa Ciências Contábeis e não tem a intenção de trabalhar no lote da família, o que nos leva a pensar a questão da sucessão familiar, tema de grande relevância que merece estudos mais aprofundados.

O casal conta com o lote de moradia e o lote de produção, assim como estabelece a organização socioterritorial do assentamento. Inicialmente, se envolveram com o gado de corte no lote de produção (12 ha) e uma pequena produção diversificada para subsistência no lote de moradia (2 ha). Depois de alguns anos, deixaram a produção do gado de corte e se envolveram com o arroz orgânico, já que a rentabilidade era maior, mantendo a produção de subsistência, que aos poucos, foi se expandindo e o excedente passou a ser comercializado. A moradia familiar é simples, no entanto bem estruturada o suficiente para se viver bem e com dignidade (Figura 08).



**Figura 08** – Moradia família 1.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – out./2013.

Já o grupo composto por cinco famílias que trataremos aqui como “família 2” conta com um total de 16 pessoas, contudo, adultos em fase produtiva, são 10. E ainda geram em torno de quatro empregos diretos. O grupo é constituído por três



famílias com laços de parentesco e duas famílias de amigos. Os irmãos são oriundos do município de Ametista do Sul e trabalhavam com garimpo de pedras preciosas. Segundo relato dos entrevistados, foram convidados a entrar no MST quando passou pela cidade algumas pessoas explicando o que era o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e quais os seus objetivos. Naquela ocasião não conheciam nada sobre o movimento, apesar disso, se envolveram na luta e acamparam por três anos, sendo assentados quando da implantação do Filhos de Sepé. Quanto às outras duas famílias, uma delas é oriunda do município de Dom Pedrito, na Campanha Gaúcha, e a outra de Quaraí, na fronteira com Argentina. Ambas também foram assentadas desde o início deste assentamento.

Ao serem assentados, os três irmãos iniciaram suas atividades produtivas com a produção de leite e gado de corte, além de trabalhar em outras atividades em regime assalariado. Na medida em que o tempo passou, perceberam uma alternativa de produção que eram os produtos orgânicos e decidiram se dedicar a esta atividade. Assim, iniciaram a produção das hortas há quatro anos, em apenas 0,8 ha, hoje as hortas ocupam 12 ha.

Nestes quatro anos, além de grandes investimentos, congregaram também mais duas famílias, dando continuidade ao trabalho coletivo que vinha sendo feito. Atualmente mantêm o gado de corte (em torno de 135 cabeças). As outras duas famílias também estão ligadas a outras atividades, uma delas possui um pequeno mercado e a outra também está envolvida com a lavoura de arroz.

As residências de todas as famílias deste grupo são bem estruturadas, com algumas diferenças entre elas. Algumas um pouco mais sofisticadas e outras nem tanto. Mas observa-se que são garantidas as necessidades essenciais para todas elas, e até mesmo, bastante conforto para algumas.

Desta forma, percebe-se que todas as famílias envolvidas na pesquisa congregam mais de uma atividade. A horta não é a única fonte de renda, contudo, é a principal para todas elas. O que pode se perceber é que antes do início das atividades das hortas, estas famílias vinham sobrevivendo a partir de diversas atividades, buscando, de alguma forma, uma renda que possibilitasse acesso aos serviços básicos e maior qualidade de vida. Contudo, não haviam alcançado uma estabilidade econômica suficiente para promover a melhoria na qualidade de vida.

### 3 AS HORTAS ORGÂNICAS: ORGANIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

Este capítulo será centrado nas análises correspondentes aos três objetivos específicos restantes. Dessa forma, discutiremos a identificação e caracterização do processo produtivo/organizacional das famílias, levantaremos a situação socioeconômica das mesmas atualmente e consideraremos as perspectivas dessas famílias. Esta discussão será feita apresentando, também, autores que corroboram a produção de hortas orgânicas, assim como sua inserção no contexto do empoderamento familiar.

#### 3.1 Família 1

O processo produtivo e organizacional desta família se difere bastante das outras. Composta por um casal de meia idade, oriundos de uma região com uma agricultura convencional baseada na intensa utilização de insumos químicos, maquinário pesado e agrotóxicos, buscavam uma outra forma de viver e produzir.

Como já exposto na caracterização das famílias, o lote de produção do casal é direcionado à produção do arroz. Contudo, na última safra (2014/15) não houve produção naquele lote (12 ha) devido a problemas técnicos com a distribuição de água para irrigação oriunda da barragem do assentamento<sup>11</sup>. Dessa forma, a família conta este ano apenas com a renda oriunda da horta orgânica, que por sua vez, é localizada no lote de moradia (2 ha).

Esta família consegue desenvolver em apenas dois hectares diversas culturas, e optou pela forma de trabalho individual porque acredita que a autonomia com relação ao que plantar, ao horário de trabalho, às decisões tomadas, é sempre maior: “individual não tem hora né, é de manhã, é de tardezinha, é a hora que dá, o cara vai lá e faz o serviço que precisa naquela hora” (Família 1).

---

<sup>11</sup> Devido ao entupimento de algumas canaletas, cerca de 10 famílias não puderam plantar o arroz na última safra. As canaletas estão localizadas dentro da área do Refúgio da Vida Silvestre no assentamento, impossibilitando a entrada de máquinas para manutenção. Técnicos da equipe de assistência técnica, assentados e os responsáveis pelo Distrito de Irrigação veem buscando soluções para o problema, de forma que as famílias possam voltar a produzir e o Refúgio da Vida Silvestre não seja prejudicado.

Nesse sentido, sua produção está centrada em diversas frutas (pêssego, bergamota, figo, melancia, caqui, maracujá, uva, limão, laranja, banana, abacaxi, abacate, goiaba, mamão), hortaliças, leguminosas e tubérculos (alface, couve, repolho, rúcula, radiche, brócolis, agrião, espinafre, rabanete, pepino, mandioca, cebola, salsa, cebolinha, abóbora, feijão, tomate, pimentão, milho, cenoura, beterraba) e alguns derivados da produção animal (ovos e salame). A figura abaixo mostra um mosaico de imagens, parte da diversidade encontrada no lote.



**Figura 09** – Mosaico de imagens representando a diversidade da produção da Família 1.

**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.

O processo produtivo desta família está diretamente relacionado à produção orgânica, fator de grande relevância no contexto nacional, já que o Brasil está entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo.

Em 2008, o Brasil assumiu o posto de maior consumidor de agrotóxico do mundo. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o país se tornou também o principal destino de agroquímicos banidos de outros países. Nas lavouras nacionais, são utilizados pelo menos dez produtos atualmente proibidos na Europa e nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2010, p. 16).

Assim, a produção orgânica passa por um processo diferenciado daquele da produção convencional. Os tratos com o solo, água e a relação do agricultor com estes dois se dá de forma harmoniosa, possibilitando a produção de alimentos limpos e saudáveis, sem perder de vista o cuidado com os recursos naturais.

A utilização de cobertura vegetal no manejo do lote pela Família 1 (como o sorgo, por exemplo) propicia ao solo maior fertilidade. A cobertura com palha e capim evita a erosão e ainda faz com que a água fique ali retida, armazenando-a para tempos de estiagem (figuras 10 e 11). Os solos são compostos de água, minerais, gases e também de matéria orgânica: “Um princípio fundamental da agricultura orgânica é a compreensão de que o solo é um organismo vivo, naturalmente dotado de fertilidade e em constante inteiração com sua cobertura vegetal” (OLIVEIRA, 2010, p. 26).



**Figura 10** – Palha secando para ser usada.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – out./2013.



**Figura 11** – Cobertura de solo com palha.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – out./2013.

Além da cobertura vegetal, outros cuidados são tomados no manejo do solo do lote na produção da horta orgânica, como o uso de adubação verde, composto orgânico (compostagem), minhocário e, também são usadas cinzas que são ricas em potássio e aumentam rapidamente o pH do solo, deixando-o mais alcalino.

A irrigação é feita a partir da coleta de água da chuva (figuras 12 e 13), outra estratégia utilizada pela Família 1, além disso está sendo construído um poço: “cada canteiro tem um registro, se quiser tratar apenas um canteiro para algum tipo de praga que aparecer, coloca o tratamento no depósito de água e fecha os registros dos outros canteiros” (Família 1).



**Figura 12** – Sistema de coleta de água da chuva.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.



**Figura 13** – Sistema de coleta de água da chuva.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.

Outro diferencial da Família 1 é a produção de sementes e mudas<sup>12</sup> que está em fase de implantação e consolidação (figuras 14 e 15). Produzindo sementes e mudas no próprio lote, a família diminui o custo da produção e ainda garante sua qualidade, evitando a compra de insumos externos e não correndo o risco de introduzirem sementes geneticamente modificadas e tratadas com agrotóxicos na horta orgânica.



**Figura 14** – Preparação produção de sementes.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.



**Figura 15** – Produção de mudas.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – nov./2014.

<sup>12</sup> A produção de mudas ainda está restrita às árvores frutíferas.

Todas estas características de manejo do lote nos remetem aos preceitos da Agroecologia. Vale ressaltar, que a Agroecologia abrange não somente a produção orgânica, mas todo um rearranjo socioterritorial e modo de vida, unindo saberes tradicionais camponeses e ciência, em um dueto que busca maior eficácia na produção alimentar sem colocar em risco a saúde humana e os recursos naturais: “(...) a Agroecologia nada mais é do que a agronomia dos anos 1940 e 1950 do século passado, com a óbvia incorporação dos extraordinários avanços científicos e sociais dos últimos 60 anos” (MACHADO, 2013, p.239).

Além disso, as relações de mercados também são alteradas. Redes locais de comercialização devem ser priorizadas tanto para garantir um menor percurso (qualidade do alimento e menos combustível) quanto evitar os atravessadores que encarecem o produto, diminuindo a renda do produtor e aumentando o custo para o consumidor final. Assim é comercializada a produção da Família 1, além de entregar parte da produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>13</sup>, as frutas e hortaliças são vendidas em feiras locais e, também, no próprio lote para consumidores que se deslocam até lá, buscando garantia de qualidade e preço justo por uma alimentação saudável.

Todas estas relações se dão no âmbito da Família 1, contudo, a assistência técnica e extensão rural tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento das atividades. A colaboração entre técnicos e a família funciona efetivamente, com visitas técnicas e auxílio no manejo do lote: “O pessoal da Coptec<sup>14</sup> ajuda muito a gente aqui né, se precisar deles é só chamar que eles dão um jeito e veem. Acho que não fazem mais porque não tem gente suficiente mesmo para atender todo mundo” (Família 1). Um exemplo disso foram as bergamotas que deram ferrugem no ano passado, a técnica verificou e deu a receita de uma calda para acabar com o problema, o que foi controlado rapidamente: “(...) destaca-se a participação crescente na oferta de assistência técnica e extensão rural, considerada desejável pelo fato de propiciar maior adequação às necessidades e consideração das potencialidades e condicionantes locais” (LISBOA, et al. 2012, p. 70).

---

<sup>13</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2017).

<sup>14</sup> Coptec é a Cooperativa de Assistência Técnica, Ambiental e Social que presta assistência técnica em diversos assentamentos no Rio Grande do Sul, fazendo parte do Programa de Ates.

As perspectivas são de aumentar a horta, aproveitando alguns espaços que ainda estão ociosos, e fazer mudas de toda sua produção, não somente das árvores frutíferas. Até o ano passado as sementes usadas eram compradas da Bionatur<sup>15</sup>, contudo, agora, a produção de sementes já está sendo feita a partir do próprio lote.

Segundo as informações obtidas com a Família 1, a forma de produção adotada por eles tem sido eficaz no que tange à própria produção e para o sustento da família. Sua estratégia tem se dado sob uma outra lógica, negando o modelo hegemônico de produção e, ainda assim, garantindo a segurança alimentar da família, acesso aos serviços básicos de manutenção da vida, lazer, e demais bens de consumo necessários para a sobrevivência no dia a dia, caracterizando o empoderamento familiar.

Empoderar, aqui, significa *conquista* de vez e voz, por indivíduos, organizações e comunidades, de modo que esses tenham elevados níveis de informação, autonomia e capacidade de fazer suas próprias escolhas culturais, políticas e econômicas (HOROCHOVSKI, 2007, p. 120).

Portanto a situação socioeconômica atualmente, a partir da produção da horta orgânica, é satisfatória e está de acordo com o que a família busca para sua reprodução e para sua vida.

### 3.2 Família 2

A Família 2, por sua vez, se caracteriza por um processo produtivo e organizacional a partir do trabalho coletivo. O grupo é formado por cinco famílias e conta com mão de obra contratada/assalariada. Buscaram na produção orgânica uma oportunidade diversificar suas atividades e compor a renda familiar. Atualmente as hortas orgânicas são responsáveis pela renda principal.

O trabalho coletivo passa por um processo social e democrático já que as decisões são tomadas também no coletivo, sobretudo no dia a dia. Não existem espaços específicos para estas tomadas de decisões, é no cotidiano, em meio ao

---

<sup>15</sup> A Bionatur é uma organização de agricultores assentados de reforma agrária, produtores de sementes orgânicas de diversas espécies vegetais, como olerícolas, forrageiras, ornamentais, e grandes culturas produtoras de grãos. Bionatur é a marca comercial das sementes, criada em 1997 e localizada em Candiota/RS.

trabalho nas lavouras que as cinco famílias mantêm discussões acerca de todo o processo produtivo.

A tomada de decisão está ligada a todas as organizações, na agricultura, porém, observa-se uma maior complexidade do mesmo. Evento que se refere a elementos como: o pequeno produtor não responder a critérios simples de otimização; as decisões serem baseadas, na maioria dos casos, no bom senso e no conhecimento empírico e, por outro, na visão global de seu meio que o faz considerar um complexo de consequências de acordo com os objetivos que pretende atingir, então passa a agir e a gerir seu sistema de produção conferindo-lhe uma lógica, uma racionalidade que lhe é própria, condicionada por um ambiente físico, social, cultural, institucional, político e econômico (TROIAN et al., 2009, p. 06).

Dessa forma, a família 2 precisa lidar com o processo produtivo em si e, além disso, com os processos decisórios que podem ser complexos. No entanto, a parceria firmada entre as cinco famílias mostra sinais de que o trabalho coletivo vem dando certo. A renda é dividida igualmente entre as famílias e a mão de obra contratada é paga através de diárias. É importante ressaltar que as mulheres das cinco famílias estão envolvidas na produção, cada uma tem responsabilidade por sua atividade e todas elas são responsáveis pelos “amarramentos” das hortaliças. Estão inseridas também da parte organizativa, contudo, as decisões finais acabam sendo tomadas pelos homens. Seguindo assim, um modelo patriarcal como o restante da sociedade.

O grupo vem investindo em infraestrutura desde o início da implantação das hortas orgânicas, ou seja, irrigação, maquinário, galpão, armazenamento de água, veículo para transporte da produção, entre outros (figuras 16 e 17). Os 12 ha de lavoura são estruturados com sistemas de irrigação, parte por aspersor e parte por gotejamento, o tipo de sistemas de irrigação varia de acordo com o tipo de cultura produzida em cada canteiro (figuras 18 e 19).





**Figura 16/17** – Infraestrutura com galpão, trator e caminhão para entrega da produção.

**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.



**Figura 18** – Bomba para sistema de irrigação.

**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.

**Figura 19** – Sistema de irrigação por aspersor.

**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.

A partir desta infraestrutura, a produção das hortas orgânicas é bastante diversa, contando com: alface, couve, repolho, rúcula, radiche, brócolis, agrião, espinafre, rabanete, pepino, cebola, salsa, cebolinha, tomate, pimentão e cenoura. O mosaico de imagens abaixo mostra parte da produção da Família 2.



**Figura 20** – Mosaico de imagens da produção diversificada da Família 2.  
**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.

O manejo das lavouras neste caso é feito a partir de técnicas nas quais nenhum tipo de adubo químico e/ou agrotóxico é utilizado, contudo, os preceitos agroecológicos que vimos no lote da Família 1 não são aqui colocados em prática. As atividades se resumem na produção orgânica, são utilizados adubos orgânicos como a cama de aviário. No caso de alguma doença na lavoura também são utilizadas técnicas que garantam a qualidade e saúde do alimento como composto contra lagartas feitos a partir da própria lagarta, caldas e etc.

A manutenção tende a prevenir pragas e doenças, o que ocorre graças a fatores como a escolha por produzir culturas diversificadas, a adoção de técnicas de adubação orgânica e a conservação de fragmentos florestais originais no entorno da lavoura. Medidas como estas concorrem para a manutenção de um manejo integrado de pragas, visando não a eliminação dos agentes considerados indesejáveis, mas um manejo que os mantenha abaixo de um nível prejudicial às lavouras (OLIVEIRA, 2010, p. 30).

As ervas indesejáveis são eliminadas com sua retirada manualmente contando com ajuda de ferramentas como enxadas. Utiliza-se ainda a estratégia de troca do local de produção, o rodízio além de garantir o pousio para descanso e recomposição do solo de forma natural, propicia a utilização das áreas de acordo com a época do ano, relacionando a estação com as características do solo. Dos 12

ha de lavoura, cerca de oito ha estão localizados em uma área mais baixa e úmida, propícia para ser utilizada durante o verão, que é quente e seco na região. Enquanto os outros quatro ha estão localizados em uma área mais alta, na qual durante o inverno frio e úmido, conta com um solo mais arenoso e mais distante das áreas de banhado, que abrangem boa parte do assentamento. Oliveira (2010, p. 30) corrobora esta técnica:

Uma estratégia favorável a este manejo é a rotação de cultura, que apresenta a vantagem adicional de promover um melhor aproveitamento dos nutrientes disponíveis. No caso desta estratégia, recomenda-se a alternância entre alimentos de famílias diferentes. Depois de se plantar um fruto, por exemplo, planta-se uma folha, em seguida uma raiz, e assim por diante.

Estas opções foram feitas a partir de experiências empíricas dos próprios agricultores e, também, com o auxílio da assistência técnica, que já foi mais presente no acompanhamento destas lavouras. Contudo, com o passar do tempo e a apreensão das técnicas, atualmente a Família 2 se sente segura para avançar em sua produção de forma mais independente.

E nesse sentido, a partir das experiências adquiridas, foram também desenvolvendo sua rede de escoamento da produção. A localização do assentamento contribui bastante para esta dinâmica, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, a proximidade com o mercado consumidor é um diferencial (figura 21).



**Figura 21** – Carga de produtos das hortas orgânicas pronta para entrega nos mercados.

**Fonte:** Alecsandra Cunha – fev./2015.

Toda a produção é escoada para médios e grandes mercados dos municípios que compõem a região, como Porto Alegre, Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, entre outros. São entregues em torno de 3 mil caixas de produtos orgânicos por mês, oriundos destas lavouras que ocupam 12 ha, como pode ser visto nas imagens acima.

Existe uma grande preocupação com a estética do produto para que seja valorizado no mercado. É importante ressaltar que estas lavouras ainda não são certificadas com o Selo Orgânico, e estas famílias esperam que com o processo de certificação findado, seus produtos possam ser mais valorizados economicamente.

As famílias que compõem este grupo ainda mantêm em seus lotes de moradia, algumas outras culturas e criação de animais para autoconsumo. E suas perspectivas de futuro estão centradas em manter as lavouras de hortas orgânicas sem intenção de aumentar área, mas sempre na busca de tecnologias que possam auxiliar no aumento da produtividade. Pretendem, por enquanto, manter a infraestrutura construída até o momento sem alargar os investimentos, proporcionando um aumento da renda para que possam investir na educação dos filhos: “a gente quer que eles estudem e venham trabalhar aqui com a gente, mas não plantando alface e sim dando assistência técnica né” (Família 2).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as reflexões apresentadas ao longo deste trabalho, pode-se inferir que o modelo de produção de alimentos existente ao redor do mundo atualmente mostra-se excludente, elitista, socioeconomicamente e ambientalmente insustentável. É um modelo de produção que agrega concentração de terras e riquezas, expulsa os camponeses e camponesas do campo e degrada, de forma contundente, os recursos naturais. Estes fatores estão entre tantos outros que apontam para uma crise alimentar e uma iminente crise do modelo hegemônico de produção de alimentos.

Sabe-se que a crise alimentar mundial nada tem a ver com a quantidade de alimentos produzidos mundo a fora. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO (Relatório, 2014) estima que atualmente são produzidos três vezes mais a quantidade de alimentos necessários para alimentar toda a população do planeta. Portanto, o problema não está na produção, e sim na forma de produção e na sua distribuição. Ora, se o alimento deixou de ser alimento para se tornar mercadoria, se o alimento deixou de ser alimento para fazer parte do processo de acumulação do capital, pode-se deduzir que algo está errado. E, por isso, além da crise alimentar, a crise da produção de alimentos necessita ser elencada como tema de pesquisas de forma aprofundada, buscando alternativas que possam substituir este modelo, que se mostra falido na perspectiva social, ambiental e sustentável.

É importante ressaltar que, uma das consequências do atual modelo de produção é a erosão alimentar, entendo-a como a decadência da diversidade alimentar dos povos, assim como a perda da segurança e soberania alimentar.

Nesse sentido, entendemos o MST como uma estratégia de luta contra esta estrutura hegemônica através da Reforma Agrária, e que pode vir a ser fundamental na luta pela Soberania Alimentar. O MST surge na contramão da estrutura fundiária brasileira, ascendendo a questão agrária e, mais recentemente, vem se inserindo na luta direta contra o modelo de produção de alimentos baseado no pacote tecnológico composto por insumos e venenos químicos, balizado pelo alto consumo de

combustível fóssil, levantando mais um ponto a respeito das crises que envolvem esses temas: a produção e consumo de energia.

A partir disso, o movimento vem defendendo a transição agroecológica em seus assentamentos de Reforma Agrária. Acredita-se que a Agroecologia, enquanto campo de conhecimento científico, é uma alternativa efetiva para a produção de alimentos, que pode desestruturar o modelo hegemônico e produzir alimento saudável para a população.

É neste contexto que vimos inserido o Assentamento Filhos de Sepé, buscando, principalmente a partir de suas especificidades de localização, uma produção limpa de alimentos, a democratização do acesso a terra, segurança alimentar e Soberania Alimentar. Assim como as famílias envolvidas nesta pesquisa, que também estão inseridas em uma forma alternativa de produção de alimentos, cada qual com suas particularidades.

Refletindo então a respeito das seis famílias pesquisadas e considerando os objetivos deste trabalho, pode-se perceber que todas elas estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica antes de serem assentadas. Podendo não garantir o acesso às necessidades básicas para a sobrevivência humana de saúde, educação, moradia e alimentação. Ao serem assentadas e começarem a acessar créditos provenientes de políticas públicas, puderam iniciar a construção de uma estrutura com o objetivo de garantir uma maior qualidade de vida. Portanto, a situação socioeconômica das seis famílias pesquisadas antes de iniciarem a produção das hortas orgânicas, pode ser caracterizada como uma situação vulnerável e instável, negando aos membros familiares o acesso às suas necessidades básicas, inclusive sobre alguns direitos fundamentais<sup>16</sup>.

Percebe-se ainda, um salto econômico nesse processo, no momento em que decidiram se dedicar à produção das hortas orgânicas. Apesar de estarem envolvidas em outras diversas atividades, o início da produção das hortas orgânicas marcou uma possível estabilidade financeira a ser alcançada. Esta estabilidade financeira vem sendo acompanhada de maior independência de políticas assistenciais e acesso a diversos fatores que promovem a melhor qualidade de vida, como moradia digna, educação para os filhos e filhas, alimentação saudável, entre outros. Por conseguinte, entende-se que a inserção na produção das hortas

---

<sup>16</sup> Para saber mais a respeito dos direitos fundamentais, ver Pfaffenseller (2007).

orgânicas vem colaborando para que as famílias pesquisadas possam transformar suas realidades, apresentando uma diferenciação em seu quadro socioeconômico ao período anterior de produção das hortas orgânicas.

Contudo, foi necessária uma readaptação na forma de produzir, portanto, o processo produtivo/organizacional das famílias passou por uma transformação com o objetivo de atender as necessidades da produção orgânica.

Observou-se na Família 1, que esta se inseriu em uma forma de produção muito próxima aos preceitos da Agroecologia. O lote de moradia, no qual é desenvolvida a produção das hortas, vem sendo cada vez mais adaptado para a produção de alimentos limpos, buscando o aproveitamento das potencialidades ali encontradas e a manutenção sustentável dos recursos naturais. O lote está configurado sob uma outra lógica de produção/consumo/segurança alimentar diferente daquela lógica hegemônica de acumulação de riquezas.

Os recursos naturais são tratados de forma harmoniosa em relação à ocupação humana. Com eficiente manejo do solo, dos recursos hídricos, aproveitamento de energia e a combinação entre ciência e saberes tradicionais. Além disso, outras três dimensões dos preceitos agroecológicos estão presentes nesta família, a supressão de insumos químicos e agrotóxicos, a forma de consumo e o mercado. Com a grande variedade na produção, a família acaba por consumir o mínimo de produtos externos em sua alimentação, e, quanto ao mercado, as redes locais e vendas diretas ao consumidor possibilitam a eliminação dos atravessadores e transportes de longa distância – barateando os custos de produção e eliminando grande parte do consumo de combustível fóssil.

Já a Família 2, por sua vez, se concentra na produção orgânica sem o uso de insumos químicos e agrotóxicos, contudo, não demonstra todas as dimensões que a Agroecologia abrange. Mantém o manejo adequado dos recursos hídricos, manejo do solo a partir de insumos orgânicos, emprega trabalhadores assalariados garantindo a permanência no campo dos jovens envolvidos na produção, que é diversificada e adota técnicas de rodízio de áreas e produção de culturas de acordo com a perenidade anual. Entretanto, o aproveitamento de energia é deficiente e se mostra bastante dependente de combustível fóssil, além disso, as potencialidades dos lotes não são totalmente aproveitadas, os adubos orgânicos, por exemplo, são externos. São usadas cerca de cinco cargas mensais de cama de aviário, com um

valor de R\$900,00 cada uma delas, no entanto, esta adubação não é produzida por eles, e sim comprada, o que acaba por encarecer a produção.

As famílias que compõem este grupo parecem estar, de certa forma, inseridas na lógica hegemônica de mercado. A produção é escoada para redes de supermercados, em um processo no qual o próprio supermercado compõe o papel de atravessador. Além disso, o ideal de consumo familiar, tanto para a alimentação quanto para bens de consumo parece acompanhar a estrutura do modo de produção capitalista, na qual o consumo acentuado está presente, sobretudo no consumo incentivado pela grande mídia, como por exemplo, a compra de veículos de passeio de luxo com auto valor de mercado.

Com relação às perspectivas das famílias envolvidas, todas elas demonstram satisfação com a situação atual e pretendem manter sua produção de hortas orgânicas. Porém sem aumento de área plantada, já que existe o limite de concessão de terras, sendo assentados, contudo, buscando tecnologias coerentes com a produção orgânica para aumento de produtividade na área já plantada. A Família 1 objetiva se integrar cada vez mais na produção baseada nos preceitos agroecológicos, mas por outro lado, pode ser levantado o obstáculo sucessão familiar, já que uma filha já é assentada em outro município e o filho não pretende trabalhar na terra. A questão de sucessão familiar vem sendo alvo de diversos estudos por se mostrar um entrave para o desenvolvimento rural. A Família 2, por outro lado, objetiva manter os investimentos feitos até o momento, contudo sem aumentá-los nos próximos anos, buscando usufruir da renda alcançada. A sucessão familiar dessas famílias, ainda não parece ser um problema, já que a maioria dos filhos ainda está na infância ou adolescência, não tendo condições de inferir seus propósitos futuros.

Por conseguinte, entende-se que a inserção na produção das hortas orgânicas vem colaborando para o empoderamento destas famílias no sentido de promover o controle sobre suas vidas e compreendendo o contexto no qual estão inseridos. Corroborando para a promoção de tomadas de decisões baseadas em escolhas próprias nas dimensões política, econômica, cultural, ambiental, entre outras. Capacitando-os a agir e decidir sobre suas vidas, tomando seus lugares na sociedade, sendo visibilizados numa perspectiva de empoderamento emancipatório.



## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável**. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ANTUNES, M. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (org.) **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, Brasil, 2002.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm)>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. 201?. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

CARNEIRO, F. F. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. (Org.): Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CUNHA, A. S. **Agricultura Familiar e suas Estratégias de Resistência na Campanha Gaúcha: O caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jagatirica – Manoel Viana/RS**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2013.

DIEL, R. **Gerenciamento de Recursos Hídricos: um estudo de caso no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão (RS)**. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FAGUNDES, L. A.; DAVID, C. **O dinamismo na prática pedagógica da Escola Itinerante do MST e o ensino de Geografia**. 2007. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/gpet/files/Artigo%20Luciele%20Escolas%20Itinerantes.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional** – Relatório 2014. Disponível em: <[https://www.fao.org.br/download/SOFI\\_p.pdf](https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf)>. Acesso em fev. 2015.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/Bernardo\\_QA.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2015.

FERREIRA, F. F. **A Formação e Organização do Grupo Gestor do Arroz Orgânico nos Assentamentos de Reforma Agrária no RS**. 2011. 101 f. Monografia (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo) Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

GOHN, M. da G. **A força da periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade** v.13, n.2, p.20-31, 2004.

GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio – 1963. In: STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

HOROCHOVSKI, R. R. **Desatando Nós: Associativismo Civil, Democracia e Empoderamento na Colônia de Pescadores de Matinhos, Paraná**. 2007. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o Conceito de Empoderamento. In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), 2007. Disponível em: <<http://www.cnpsa.embrapa.br/filo/adm/anx/anx155EMPODERAMENTO%20-%20conceito.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos Agrotóxicos**, 2015. Disponível em: <[http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento\\_do\\_inca\\_sobre\\_os\\_agrotoxicos\\_06\\_abr\\_15.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

LEGUIZAMÓN, S. A. **Trabajo y producción de la pobreza em Latinoamérica y El Caribe** – estruturas, discursos y actores. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LISBOA, R. S. et al. Extensão Rural no Rio Grande do Sul: evidências de configuração institucional pluralista? In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. (org.) **Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional**: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos de reforma agrária no RS. Ijuí: Editora Ijuí, 2012.

MACHADO, L. C. P. As necessidades humanas, os saberes, a utopia: a Agroecologia, os Cerrados e sua proteção. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MORISSAWA, M. **A História de Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/5congresso/>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/historia/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STEDILE, J. P. **A Questão Agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, S. L. **Tratando de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira Thomason Learning, 2002.

OLIVEIRA, F. H. **Cultura Orgânica**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2010.

ORTEGA, A. C. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: Editora UFU, 2005.

PACHECO, M. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas**. v. 6, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-1-Os-caminhos-das-mudan%C3%A7as-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Agroecologia-pelas-mulheres.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. **Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES/INCRA**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=126>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

PEREIRA, J. M. M. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cardoso. In: STEDILE, J. P. **A Questão Agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PERKINS, D. D.; ZIMMERMAN, M. A. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23. n. 5. p. 569-79, 1995.

PFaffenSeller, M. Teoria dos direitos fundamentais. **Revista Jurídica**, Brasília, v. 9, n. 85, jun./jul, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_85/artigos/MichelliPfaffenSeller\\_rev85.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_85/artigos/MichelliPfaffenSeller_rev85.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2015.

SÃO PAULO. **DDT e derivados (DDE e DDD)**. CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/laboratorios/fit/DDT.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

SOUZA, M. A. **A Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TROIAN, A. et al. O Processo de Tomada de Decisão dos Agricultores Familiares Produtores de Uva Na Região Serra do Rio Grande do Sul: Um Estudo de Caso Para O Município de Flores da Cunha. In: XII SEMEAD – Seminário de Administração FEA-USP. 2009. São Paulo. **Anais...** Programa de Pós-graduação em Administração da FEA-USP, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/698.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

## ANEXO 1

### Carta do 5º Congresso Nacional do MST

Nós, 17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades, reunidos em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, no 5º Congresso Nacional do MST, para discutirmos e analisarmos os problemas de nossa sociedade e buscarmos apontar alternativas. Nos comprometemos a seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:



**REFORMA AGRÁRIA:**  
*por justiça social e soberania popular*

- 1- Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.
- 2- Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados.
- 3- Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.
- 4- Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.
- 5- Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.
- 6- Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.
- 7- Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a super-exploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto de Emenda Constitucional já aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados.
- 8- Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores - dos lutadores e lutadoras pela Reforma Agrária, que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário.

9- Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.

10- Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.

11- Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

12- Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.

13- Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.

14- Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade.

15- Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.

16- Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.

17- Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais a Assembleia Popular nos municípios, regiões e estados.

18- Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de Cuba, Haiti, Iraque e Palestina.

Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais esmorecer e lutar sempre.

**REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!**

Brasília, 15 de junho de 2007.

Fonte: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>

## APÊNDICE 1

### Roteiro de entrevista semiestruturada:

- Desde quando estão assentados?
- Quando começou a produção orgânica?
- Qual sua principal atividade?
- A renda era proveniente de qual fonte antes da produção das hortas?
- Como chegaram ao consenso da produção orgânica e a inserção das hortas na produção? (expliquem o processo)
- Como é a dinâmica de produção de orgânicos do assentamento? Ou seja, porque alguns são individuais e outros coletivos? Como é esta relação?
- Como é a organização do trabalho coletivo?
- De que forma são tomadas as decisões do coletivo?
- Como é feito o escoamento da produção?
- E sobre a assistência técnica, existe? Quem são os responsáveis? É efetiva?
- Solicitar que façam uma avaliação geral sobre a produção:
- E sobre as perspectivas, aumentar a produção, diversificar?